



## Destaques da sessão plenária de 23 a 26 de novembro de 2015, Estrasburgo

### Debate sobre os ataques terroristas em Paris e a resposta da União Europeia

Os ataques perpetrados em Paris em 13 de novembro e as medidas antiterroristas adotadas ou em discussão na UE, incluindo na reunião de amanhã dos ministros da Justiça e da Administração Interna, vão ser o tema central de um debate entre os eurodeputados, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, e a presidência luxemburguesa do Conselho na próxima quarta-feira, das 8h30 às 12h00.

4

### Prevenir a radicalização e o recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas

O Parlamento Europeu vai votar um relatório que propõe várias medidas para prevenir a radicalização e o recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas, como o autoproclamado Estado Islâmico, ou Daech. Os eurodeputados abordam questões como a radicalização na Internet e nas prisões, apelam ao intercâmbio de informações entre os países da UE e entre estes e a Europol e defendem a importância da educação e inclusão social. Mais de 5000 europeus aderiram a organizações terroristas.

5

### Planeamento fiscal agressivo, evasão fiscal e elisão fiscal: PE vota recomendações da TAXE

As recomendações feitas no relatório da comissão especial sobre as decisões fiscais antecipadas (tax rulings) e outras medidas de natureza ou efeitos similares (TAXE), do qual é correlatora a eurodeputada portuguesa Elisa Ferreira, vão ser debatidas em plenário na terça-feira, às 15h00, e votadas no dia seguinte.

8

### Orçamento da UE para 2016: voto final

O Parlamento Europeu vai votar na quarta-feira o acordo alcançado com os Estados-Membros sobre o orçamento da UE para 2016. "As prioridades que defini foram cumpridas. Temos um orçamento para promover o emprego e a solidariedade. Reforçámos as verbas para apoiar a juventude, as PME, os agricultores, a investigação e a inovação. Reforçámos os montantes para resolver a crise dos refugiados", disse o relator do PE, José Manuel Fernandes, após a conclusão das negociações com o Conselho.

11

### Políticas para combater a pobreza infantil na UE

O PE vai votar um relatório de Inês Zuber que recomenda aos Estados-Membros que se empenhem no desenvolvimento de políticas para combater a pobreza infantil,

utilizem os Fundos Estruturais da UE para investir nas crianças e promovam legislações laborais que garantam direitos sociais aos pais, como um salário mínimo obrigatório adequado. O documento defende também que os orçamentos nacionais devem conter provisões visíveis e transparentes para despesas destinadas a combater a pobreza infantil.

13

### **Medidas para eliminar a violência contra as mulheres na UE**

No Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, 25 de novembro, os eurodeputados vão questionar a Comissão sobre as medidas e propostas legislativas que tenciona apresentar para combater todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo a ciberviolência e o ciberassédio a raparigas. O PE vai participar na iniciativa da ONU "Pintar o mundo de laranja" para aumentar a sensibilização do público, iluminando o seu edifício em Estrasburgo desta cor.

15

### **Estado da União da Energia**

O primeiro relatório sobre o Estado da União da Energia, publicado pela Comissão em 18 de novembro, vai ser discutido no Parlamento Europeu na terça-feira de manhã. O documento analisa os progressos alcançados ao longo dos últimos nove meses, identifica os principais domínios de ação para 2016 e apresenta conclusões a nível nacional, regional e europeu, sendo acompanhado de 28 fichas informativas que fornecem uma avaliação da realização da União da Energia para cada país da UE.

16

### **Reações dos eurodeputados às cimeiras do G20 e de Valeta**

Os eurodeputados vão fazer o balanço da cimeira do G20, que se realizou em Antalya, na Turquia, em 15 e 16 de novembro, e que teve como temas centrais o terrorismo, as alterações climáticas, o crescimento económico e a migração. Os parlamentares vão também dar a sua opinião sobre o plano de ação adotado pelos líderes europeus e africanos na cimeira de Valeta, Malta, em 11 e 12 de novembro, para gerir os fluxos de migrantes e refugiados.

17

### **Cerimónia de entrega do prémio de cinema LUX 2015**

O presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, vai entregar o prémio de cinema LUX 2015 na terça-feira, ao meio dia, numa cerimónia que se realiza no hemiciclo de Estrasburgo. Os três filmes finalistas são "Mediterranea" (Itália, EUA, Alemanha, França e Catar), de Jonas Carpignano, "Mustang" (França, Alemanha, Turquia e Catar), de Deniz Gamze Ergüven, e "Urok" (A Lição), de Kristina Grozeva e Petar Valchanov (Bulgária, Grécia).

18

### **Presidente italiano Sergio Mattarella discursa no Parlamento Europeu**

O Presidente da Itália, Sergio Mattarella, vai discursar perante os eurodeputados numa sessão solene que terá lugar na quarta-feira, ao meio dia. É a primeira vez que Mattarella é recebido no Parlamento Europeu desde a sua eleição, em 31 de janeiro deste ano.

19

### **Relatório anual do Tribunal de Contas Europeu**

Vitor Caldeira, o presidente do Tribunal de Contas Europeu, a instituição de auditoria independente da UE, vai apresentar ao Parlamento o relatório anual sobre a execução do orçamento comunitário em 2014. Num debate na comissão parlamentar do Controlo Orçamental, em 10 de novembro, os eurodeputados insistiram que a UE deve alinhar melhor o orçamento com as prioridades políticas e defenderam a

necessidade de estabelecer objetivos mais claros, regras mais simples e controlos mais eficazes. 20

---

## Outros assuntos em destaque

Política de coesão / Seguros / Pensões / Crianças / Nações Unidas / Eleições em Myanmar 21

---

<http://www.europarl.europa.eu/news/pt/agenda/briefing/2015-11-23>

## Mais informação

[Agenda da sessão plenária](#)

[Pode assistir em direto à sessão plenária através do EP Live](#)

[Conferências de imprensa e outros eventos](#)

[EuroparITV](#)

[Material Audiovisual](#)

[EP Newshub](#)

## Contactos

---

Isabel Teixeira NADKARNI

Serviço de Imprensa

☎ (+32) 2 28 32198 (BXL)

☎ (+33) 3 881 76758 (STR)

☎ (+32) 498 98 33 36

✉ [isabel.nadkarni@europarl.europa.eu](mailto:isabel.nadkarni@europarl.europa.eu)

---

# Debate sobre os ataques terroristas em Paris e a resposta da União Europeia

**Os ataques perpetrados em Paris em 13 de novembro e as medidas antiterroristas adotadas ou em discussão na UE, incluindo na reunião de amanhã dos ministros da Justiça e da Administração Interna, vão ser o tema central de um debate entre os eurodeputados, o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, e a presidência luxemburguesa do Conselho na próxima quarta-feira, das 8h30 às 12h00.**

O debate vai servir para os eurodeputados exprimirem a sua posição sobre atuais e futuras medidas antiterroristas, como a proposta de diretiva sobre os registos de identificação de passageiros (EU PNR, na sigla inglesa), que está atualmente a ser discutida pelos legisladores europeus (em "trílogos", ou seja, negociações entre o Parlamento, o Conselho e a Comissão com vista a chegar a um acordo sobre uma proposta legislativa).

O combate ao financiamento do terrorismo, o reforço dos controlos nas fronteiras externas da UE, o aumento do intercâmbio de informações entre os Estados-Membros, e entre estes e a Europol, os instrumentos de política externa e medidas para prevenir o tráfico de armas de fogo serão alguns dos temas abordados pelos eurodeputados.

*Debate: 24/11/2015*

## **Mais informação**

[Conselho Justiça e Assuntos Internos, 20 de novembro de 2015](#)  
[Comunicado de imprensa sobre a proposta PNR da UE](#)

# Prevenir a radicalização e o recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas

**O Parlamento Europeu vai votar um relatório que propõe várias medidas para prevenir a radicalização e o recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas, como o autoproclamado Estado Islâmico, ou Daech. Os eurodeputados abordam questões como a radicalização na Internet e nas prisões, apelam ao intercâmbio de informações entre os países da UE e entre estes e a Europol e defendem a importância da educação e inclusão social. Mais de 5000 europeus aderiram a organizações terroristas.**

A comissão parlamentar das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos começou a elaborar este relatório após os ataques terroristas ao jornal Charlie Hebdo, em Paris, no início do ano.

"Os desafios e as questões que suscitam estes «*combatentes estrangeiros*» dizem respeito a toda a União Europeia. Face à intensificação deste fenómeno, as medidas repressivas já não são suficientes. A União Europeia deve adotar uma nova estratégia, baseada sobretudo na prevenção. Este relatório colocará a tónica na implantação de uma atitude proativa em matéria de prevenção da radicalização e do recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas", disse a eurodeputada e antiga ministra da Justiça francesa Rachida Dati, relatora da comissão parlamentar das Liberdades Cívicas.

Mais de 5000 cidadãos europeus aderiram a organizações terroristas e a outras formações militares, nomeadamente às fileiras do autoproclamado Estado Islâmico/Daesh, da Jabhat al-Nusra e de outras formações fora do território da UE, em especial na região do Médio Oriente e do Norte de África.

## Apelo a uma ação concertada a nível europeu

Os eurodeputados insistem na urgência de uma ação concertada a nível europeu para prevenir a radicalização e o recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas, a fim de

conter este fenómeno em crescimento e assim travar os fluxos de saída dos cidadãos europeus para zonas de conflito, desradicalizar os indivíduos presentes no território europeu e impedir que sejam cometidos novos atos terroristas.

A luta contra o terrorismo continua a ser essencialmente da competência dos Estados-Membros, mas "a cooperação europeia é fundamental para o intercâmbio eficaz e eficiente de informações entre as forças policiais" num espaço de livre circulação de pessoas.

Uma estratégia de combate ao terrorismo, à radicalização e ao recrutamento terrorista na UE "só poderá surtir efeitos se for desenvolvida paralelamente a uma estratégia de integração e inclusão social", acrescenta a comissão parlamentar das Liberdades Cívicas.

O relatório nota que "as causas da radicalização podem ser socioeconómicas, ideológicas, pessoais ou psicológicas e que, por esse motivo, é necessário compreendê-la em função do percurso de cada um dos indivíduos envolvidos".

Os eurodeputados recordam também que "a utilização abusiva da religião, e não a religião enquanto tal", é uma das causas da radicalização. "O terrorismo não pode nem deve ser associado a nenhuma religião, nacionalidade ou civilização particulares", insistem os parlamentares.

### Medidas propostas

O relatório da comissão parlamentar das Liberdades Cívicas propõe, entre outras medidas:

- o aumento significativo do intercâmbio de informações entre os Estados-Membros e entre estes e as agências da UE, como a Europol e a Eurojust, no âmbito da luta antiterrorista;
- a criação pelo Conselho de uma "lista negra de jihadistas europeus" e presumíveis terroristas jihadistas;
- a criação em cada Estado-Membro de um sistema de alerta que permita às famílias e a outras pessoas obter apoio ou assinalar rapidamente o desenvolvimento de mudanças súbitas de comportamento que possam indiciar um processo de radicalização terrorista ou a partida de um indivíduo para se juntar a organizações terroristas;
- a adoção de uma estratégia eficaz para a deteção e a eliminação de conteúdos ilegais na Internet com incitação à violência extremista, respeitando os direitos fundamentais e a liberdade de expressão;

- a criação em cada Estado-Membro de uma unidade especial encarregada de assinalar os conteúdos ilegais presentes na Internet e de facilitar a deteção e a eliminação desses conteúdos, devendo essas unidades nacionais cooperar com a Europol; os eurodeputados recordam a necessidade de a Europol e os Estados-Membros disporem de peritos adequadamente formados para responder a estas ameaças específicas;
- a utilização do Fundo para a Segurança Interna (FSI) da UE, através do instrumento FSI-Polícia, para apoiar projetos e medidas destinados a prevenir a radicalização;
- a melhoria da eficácia dos controlos nas fronteiras externas da UE para detetar eventuais partidas ou retornos de zonas de conflito;
- a elaboração de uma diretiva da UE sobre registos de identificação de passageiros (PNR) até ao final do ano, recordando, no entanto, que "a diretiva PNR da UE será apenas uma medida de luta contra o terrorismo e que é necessária uma estratégia holística e abrangente no domínio do combate ao terrorismo e à criminalidade organizada, que envolva a política externa, a política social, a política da educação e os órgãos policiais e judiciários";
- a possibilidade de os Estados-Membros confiscarem os passaportes dos seus cidadãos que tencionam aderir a organizações terroristas, de acordo com as legislações nacionais e a pedido de uma autoridade judicial;
- o reforço dos instrumentos de política externa e do diálogo com os países terceiros com vista a lutar contra o financiamento das organizações terroristas;
- a rápida transposição e aplicação pelos Estados-Membros da legislação europeia contra o branqueamento de capitais; os países da UE devem também revelar transparência nas suas relações com determinados países do Golfo, a fim de reforçar a cooperação com o objetivo de esclarecer o financiamento não só do terrorismo e do radicalismo em África e no Médio Oriente, mas também de determinadas associações na Europa;
- a adoção de medidas para prevenir o tráfico de armas de fogo;
- a realização pela Comissão Europeia de uma análise exaustiva das causas principais, do processo e das diversas influências e fatores que conduzem à radicalização;
- a prestação de assistência aos familiares das vítimas do terrorismo, bem como às famílias das pessoas que foram radicalizadas;
- a realização de um estudo abrangente sobre a eficácia das medidas a nível nacional e da UE destinadas a prevenir e a combater o terrorismo.

O relatório sublinha que os direitos humanos devem estar no cerne da luta contra o terrorismo e das políticas europeias de prevenção da radicalização, assegurando simultaneamente um equilíbrio entre a segurança dos cidadãos e o respeito dos direitos fundamentais.

*Debate: 24/11/2015*

*Votação: 25/11/2015*

*Processo: relatório de iniciativa*

*Relatora: Rachida Dati (PPE, FR)*

### **Mais informação**

[Relatório sobre a prevenção da radicalização e do recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas](#)

# Planeamento fiscal agressivo, evasão fiscal e elisão fiscal: PE vota recomendações da TAXE

**As recomendações feitas no relatório da comissão especial sobre as decisões fiscais antecipadas (tax rulings) e outras medidas de natureza ou efeitos similares (TAXE), do qual é correlatora a eurodeputada portuguesa Elisa Ferreira, vão ser debatidas em plenário na terça-feira, às 15h00, e votadas no dia seguinte.**

O pagamento de impostos no local onde os lucros são gerados, a apresentação pelas multinacionais de informação financeira país por país, a introdução de uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades, a criação de uma definição comum a nível da UE de paraísos fiscais e a proteção de denunciadores são algumas das ações propostas pelos eurodeputados.

"Este relatório marca o início de uma nova cultura na Europa para acabar com a atual situação politicamente insuportável de injustiça fiscal, em que as multinacionais conseguem fugir ao fisco graças aos acordos secretos concluídos com vários governos – como foi revelado há um ano no escândalo LuxLeaks – enquanto que as pequenas e médias empresas e os cidadãos, que não podem beneficiar destes acordos, têm de assumir o essencial do esforço de alimentar os orçamentos dos Estados", afirma a eurodeputada Elisa Ferreira (S&D), coautora do relatório da comissão especial TAXE.

Elisa Ferreira destaca como pontos essenciais a necessidade de a UE "impor a máxima transparência sobre estes acordos, obrigar as multinacionais a declarar os lucros que realizam e os impostos que pagam em cada país, instituir uma base tributável comum e consolidada para os impostos sobre os lucros, criar uma definição comum de paraísos fiscais e aplicar sanções contra os países e as empresas que os utilizam".

Os eurodeputados querem que as empresas multinacionais divulguem nas suas demonstrações financeiras, por Estado-Membro e por país terceiro em que tenham estabelecimentos, uma série de informações agregadas, incluindo os lucros ou perdas antes de impostos, os impostos sobre lucros ou perdas, o número de trabalhadores, os ativos detidos, e informação básica sobre os *tax rulings* (apresentação de relatórios por país). Esta informação deve ser colocada à disposição do público, eventualmente sob a forma de um registo central ao nível da UE, acrescentam.

O relatório aborda a questão das empresas «de fachada» (*letterbox companies*), instando a Comissão Europeia a apresentar legislação clara sobre a definição de substância económica e de estabelecimento estável com vista a resolver este problema.

Os parlamentares solicitam também aos Estados-Membros que defendam em todas as instâncias internacionais, como o G20, "a troca automática de informações entre as administrações fiscais enquanto nova norma mundial".

Outras das recomendações feitas pelos eurodeputados é a instituição de um regime europeu de incompatibilidade aplicável aos conselheiros em matéria fiscal e, se necessário, aos bancos, para garantir que sejam evitados conflitos de interesses entre os serviços prestados aos setores público e privado.

O documento menciona ainda as investigações da Comissão Europeia em matéria de auxílios estatais.

### Referências à troika e a Portugal

O relatório refere que "as instituições da troika (Comissão Europeia, BCE e FMI), encarregadas de supervisionar os programas de ajustamento financeiro e orçamental em Estados-Membros como Portugal e a Grécia, não tentaram evitar as amnistias fiscais, as decisões fiscais antecipadas, os benefícios fiscais e os regimes de isenção fiscal, que foram e são injustamente discriminatórios, favorecendo as pessoas singulares e coletivas que fogem ao fisco, provocando uma grande sangria das receitas estatais e aumentando a carga suportada pelas PME e pelos cidadãos já excessivamente tributados".

O documento nota que "as políticas de austeridade e de restrição orçamental aplicadas nos últimos anos reduziram significativamente a capacidade das administrações fiscais de investigar crimes fiscais e práticas fiscais prejudiciais".

A comissão TAXE afirma que estes cortes foram especialmente nocivos nos países sujeitos a programas de assistência financeira conduzidos pela troika, "onde o aumento das receitas fiscais foi obtido às custas das PME e dos cidadãos sujeitos a uma tributação excessiva, ao passo que as grandes empresas e os autores de evasão fiscal com poderio económico

beneficiaram, em muitos casos, de amnistias fiscais, decisões fiscais antecipadas e outras isenções fiscais e regimes vantajosos, tal como sucedeu em Portugal e na Grécia".

*Debate: 24/11/2015*

*Votação: 25/11/2015*

*Processo: relatório de iniciativa*

*Correlatores: Elisa Ferreira (S&D, PT) e Michael Theurer (ALDE, DE)*

### **Mais informação**

[Relatório sobre decisões fiscais antecipadas e outras medidas de natureza ou efeitos similares](#)  
[Website da comissão especial TAXE](#)

## Orçamento da UE para 2016: voto final

**O Parlamento Europeu vai votar na quarta-feira o acordo alcançado com os Estados-Membros sobre o orçamento da UE para 2016. "As prioridades que defini foram cumpridas. Temos um orçamento para promover o emprego e a solidariedade. Reforçámos as verbas para apoiar a juventude, as PME, os agricultores, a investigação e a inovação. Reforçámos os montantes para resolver a crise dos refugiados", disse o relator do PE, José Manuel Fernandes, após a conclusão das negociações com o Conselho.**

O orçamento comunitário para o próximo ano será de 155 mil milhões de euros em autorizações e de 143,9 mil milhões de euros em pagamentos.

Devido às necessidades urgentes para gerir a crise de refugiados, é necessário mobilizar importantes dotações adicionais para financiar a política de migração e assuntos internos.

O Parlamento Europeu vai votar, também na quarta-feira, um relatório de José Manuel Fernandes que apoia a [proposta da Comissão de mobilizar o Instrumento de Flexibilidade](#) para a disponibilização de medidas orçamentais imediatas ao abrigo da Agenda Europeia da Migração.

Esta mobilização diz respeito a um montante de 1 504,0 milhões de euros para além do limite máximo da rubrica de despesas Segurança e Cidadania (rubrica 3) do quadro financeiro plurianual e destina-se a financiar o apoio às medidas para a gestão da crise dos refugiados. Recorrer-se-á aos montantes anuais não utilizados disponíveis para os Instrumentos de Flexibilidade dos anos anteriores (2014 e 2015).

*Debate: 24/11/2015*

*Votação: 25/11/2015*

*Processo: orçamental*

*Relatores sobre o orçamento da UE para 2016: José Manuel Fernandes (PPE, PT) e Gérard Deprez (ALDE, BE)*

## Políticas para combater a pobreza infantil na UE

**O PE vai votar um relatório de Inês Zuber que recomenda aos Estados-Membros que se empenhem no desenvolvimento de políticas para combater a pobreza infantil, utilizem os Fundos Estruturais da UE para investir nas crianças e promovam legislações laborais que garantam direitos sociais aos pais, como um salário mínimo obrigatório adequado. O documento defende também que os orçamentos nacionais devem conter provisões visíveis e transparentes para despesas destinadas a combater a pobreza infantil.**

Mais de uma em cada quatro crianças vive em risco de pobreza ou exclusão social na UE.

O relatório da comissão parlamentar do Emprego e dos Assuntos Sociais, elaborado pela eurodeputada portuguesa Inês Zuber (CEUE/EVN), faz uma série de recomendações aos Estados-Membros e à Comissão Europeia para combater "as alarmantes taxas de pobreza infantil na Europa".

Os eurodeputados solicitam aos Estados-Membros que se "empenhem concretamente" no desenvolvimento de políticas para combater a pobreza infantil, centradas em corrigir os principais fatores que afetam este fenómeno, propondo o aumento dos montantes e da abrangência do apoio social especificamente dirigido à infância, mas também aos pais que estão desempregados ou em empregos mal remunerados.

Os Estados-Membros da UE devem promover legislações laborais que garantam direitos sociais, "incluindo um salário mínimo obrigatório adequado que respeite as práticas nacionais e os acordos coletivos e que proporcione uma maior segurança às famílias e combata os vínculos precários, promovendo o trabalho com direitos sociais adequados".

A comissão parlamentar nota que "as desigualdades sociais, que aumentaram devido à adoção de políticas de governação e orçamentais irresponsáveis e financeiramente insustentáveis, favorecem de forma significativa o aumento da pobreza infantil, grupo etário em maior risco de pobreza em 19 Estados-Membros".

O relatório recomenda aos Estados-Membros que "os orçamentos nacionais contenham provisões visíveis, transparentes, participativas e responsabilizáveis relativas a dotações e despesas destinadas a combater a pobreza infantil" e a cumprir o dever de proteção das crianças, "que passa também pelo aumento da despesa pública para obtenção destes objetivos".

Os países da UE devem utilizar ao máximo os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, em particular o Fundo Social Europeu, a fim de implementar os três pilares da recomendação "Investir nas crianças", dizem os eurodeputados. De acordo com o relatório, "até à data, a maioria dos Estados-Membros pouco se preocupou em utilizar os Fundos Estruturais da UE para combater as alarmantes taxas de pobreza infantil na Europa, que continuam a crescer, bem como para promover a inclusão social e o bem-estar geral das crianças".

A comissão parlamentar do Emprego e dos Assuntos Sociais propõe ainda, entre outras medidas, que a taxa de abandono escolar precoce e do combate à pobreza infantil seja uma prioridade explícita no Semestre Europeu e exorta à inclusão de um indicador específico sobre crianças em risco de pobreza ou exclusão social na vertente social da União Económica e Monetária.

O relatório refere que, em 2012, a taxa de abandono escolar precoce foi superior a 20% em Portugal, Espanha e Malta, enquanto a taxa média da UE se situou nos 13%. Portugal é também apontado como um dos países em que o risco de pobreza infantil persiste em famílias com alta intensidade laboral, num grupo em que se incluem também a Roménia, Lituânia, Espanha, Grécia, Letónia, Eslováquia, Polónia e o Luxemburgo.

*Debate: 23/11/2015*

*Votação: 24/11/2015*

*Processo: relatório de iniciativa*

*Relatora: Inês Zuber (CEUE/EVN, PT)*

### **Mais informação**

[Relatório sobre a redução das desigualdades, com especial atenção à pobreza infantil](#)

## Medidas para eliminar a violência contra as mulheres na UE

**No Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, 25 de novembro, os eurodeputados vão questionar a Comissão sobre as medidas e propostas legislativas que tenciona apresentar para combater todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo a ciberviolência e o ciberassédio a raparigas. O PE vai participar na iniciativa da ONU "Pintar o mundo de laranja" para aumentar a sensibilização do público, iluminando o seu edifício em Estrasburgo desta cor.**

*Pergunta à Comissão*

1. A Comissão poderá indicar quando publicará a nova estratégia para a igualdade entre homens e mulheres e quais os pilares que proporá para combater todas as formas de violência contra as mulheres? Na ausência de uma nova estratégia, a Comissão está disposta a ponderar a possibilidade de propor uma diretiva *ad hoc* para combater a violência contra as mulheres, conforme solicitado pelo Parlamento? No caso de a resposta ser negativa, qual a razão?
2. Que medidas jurídicas tomou a Comissão e que ações concretas empreendeu no último ano para lançar ativamente o processo com vista à ratificação pelos Estados-Membros da Convenção de Istambul e à adesão da UE à mesma? Quais foram os resultados do estudo lançado sobre a matéria?
3. A Comissão poderá pronunciar-se sobre o atual estado de transposição da diretiva sobre a decisão europeia de proteção e indicar quando será publicado o relatório sobre a aplicação? A Comissão poderá avaliar a necessidade de ativar a cláusula "passerelle" mediante a inclusão da violência baseada no género entre os domínios de criminalidade enumerados no artigo 83.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia?
4. De que modo tenciona a Comissão cooperar com as outras instituições da UE a fim de declarar 2017 Ano Europeu de Erradicação da Violência Contra as Mulheres, o que tem sido repetidamente considerado um instrumento essencial de sensibilização?
5. A Comissão está empenhada em rever a legislação e os mecanismos de aplicação da lei existentes com vista a combater de forma eficaz as novas formas de violência contra as mulheres e as raparigas, como, por exemplo, a ciberviolência e o ciberassédio?

*Debate: 25/11/2015*

*Processo: pergunta oral*

## Estado da União da Energia

**O primeiro relatório sobre o Estado da União da Energia, publicado pela Comissão em 18 de novembro, vai ser discutido no Parlamento Europeu na terça-feira de manhã. O documento analisa os progressos alcançados ao longo dos últimos nove meses, identifica os principais domínios de ação para 2016 e apresenta conclusões a nível nacional, regional e europeu, sendo acompanhado de 28 fichas informativas que fornecem uma avaliação da realização da União da Energia para cada país da UE.**

A União da Energia, uma das prioridades políticas da Comissão de Jean-Claude Juncker, tem por objetivo reduzir a dependência dos combustíveis fósseis por parte da Europa, eliminando barreiras aos fluxos de energia e criando um sistema energético plenamente integrado à escala da UE.

A ficha informativa que fornece uma avaliação da realização da União da Energia em Portugal pode ser consultada [aqui](#).

*Debate: 24/11/2015*

### **Mais informação**

[Comunicado de imprensa da Comissão Europeia - A União da Energia no bom caminho para cumprir os seus objetivos \(18 de novembro de 2015\)](#)

[Ficha informativa que fornece uma avaliação da realização da União da Energia em Portugal](#)

## Reações dos eurodeputados às cimeiras do G20 e de Valeta

**Os eurodeputados vão fazer o balanço da cimeira do G20, que se realizou em Antalya, na Turquia, em 15 e 16 de novembro, e que teve como temas centrais o terrorismo, as alterações climáticas, o crescimento económico e a migração. Os parlamentares vão também dar a sua opinião sobre o plano de ação adotado pelos líderes europeus e africanos na cimeira de Valeta, Malta, em 11 e 12 de novembro, para gerir os fluxos de migrantes e refugiados.**

*Debate: 25/11/2015*

### **Mais informação**

[Comunicado dos líderes do G20, Antalya, 15-16 novembro 2015](#)

[Declaração do G20 sobre a luta contra o terrorismo](#)

[Plano de ação acordado na cimeira de Valeta, 11-12 novembro 2015](#)

# Cerimónia de entrega do prémio de cinema LUX 2015

O presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, vai entregar o prémio de cinema LUX 2015 na terça-feira, ao meio dia, numa cerimónia que se realiza no hemiciclo de Estrasburgo. Os três filmes finalistas são "Mediterranea" (Itália, EUA, Alemanha, França e Catar), de Jonas Carpignano, "Mustang" (França, Alemanha, Turquia e Catar), de Deniz Gamze Ergüven, e "Urok" (A Lição), de Kristina Grozeva e Petar Valchanov (Bulgária, Grécia).

O filme vencedor é escolhido pelos eurodeputados, que podem votar na sua película preferida de 16 a 23 de novembro.

Os realizadores dos três filmes vão dar uma conferência de imprensa na terça-feira, às 15h00, em Estrasburgo.

Desde 2007 que o Parlamento Europeu atribui o prémio LUX como reconhecimento dos filmes europeus que realçam a identidade e a diversidade cultural europeias.

Portugal já marcou presença na fase final do prémio Lux através de "Tabú", do realizador português Miguel Gomes, em 2012, e de "Belle Toujours", de Manoel de Oliveira, em 2007.

Em 2014, o vencedor do galardão de cinema do Parlamento Europeu foi o filme "Ida", de Pawel Pawlikowski (Polónia, Dinamarca).

*Entrega do prémio LUX: 24/11/2015*

## Mais informação

[Website do prémio LUX: informação sobre os filmes finalistas](#)

# Presidente italiano Sergio Mattarella discursa no Parlamento Europeu

O Presidente da Itália, Sergio Mattarella, vai discursar perante os eurodeputados numa sessão solene que terá lugar na quarta-feira, ao meio dia. É a primeira vez que Mattarella é recebido no Parlamento Europeu desde a sua eleição, em 31 de janeiro deste ano.

*Sessão solene: 25/11/2015*

## Mais informação

[Biografia de Sergio Mattarella](#)

# Relatório anual do Tribunal de Contas Europeu

**Vitor Caldeira, o presidente do Tribunal de Contas Europeu, a instituição de auditoria independente da UE, vai apresentar ao Parlamento o relatório anual sobre a execução do orçamento comunitário em 2014. Num debate na comissão parlamentar do Controlo Orçamental, em 10 de novembro, os eurodeputados insistiram que a UE deve alinhar melhor o orçamento com as prioridades políticas e defenderam a necessidade de estabelecer objetivos mais claros, regras mais simples e controlos mais eficazes.**

Todos os anos o Tribunal de Contas Europeu audita as receitas e despesas do orçamento da UE e apresenta uma opinião sobre a fiabilidade das contas anuais e a conformidade das operações com as regras aplicáveis na matéria.

Compete em primeiro lugar à Comissão Europeia, juntamente com os outros organismos e instituições da UE, garantir que o orçamento é executado corretamente. Em cerca de 80% das despesas (essencialmente agricultura e coesão), esta responsabilidade é partilhada com os Estados-Membros.

*Debate: 26/11/2015*

## **Mais informação**

[Comunicado de imprensa sobre o debate com Vitor Caldeira na comissão parlamentar do Controlo Orçamental, em 10 de novembro de 2015](#)

[Comunicado de imprensa da Comissão Europeia - Tribunal de Contas Europeu aprova as contas da UE pelo oitavo ano consecutivo](#)

[Tribunal de Contas Europeu - Relatórios anuais relativos ao exercício de 2014](#)

## Outros assuntos em destaque

### Política de coesão / Seguros / Pensões / Crianças / Nações Unidas / Eleições em Myanmar

- A política de coesão e as comunidades marginalizadas (relatório de Terry Reintke) - debate na segunda-feira, votação na terça-feira
- Rumo à simplificação e à orientação para o desempenho no quadro da política de coesão para 2014-2020 - votação de uma resolução na quinta-feira (o debate realizou-se em 27 de outubro)
- Distribuição de seguros - debate e votação de uma nova diretiva na terça-feira
- Medidas preventivas para combater a disparidade das pensões de reforma em função do género na UE - declaração da Comissão e debate na terça-feira
- Educação das crianças em situações de emergência - pergunta oral à Comissão Europeia na quarta-feira e votação de uma resolução da comissão parlamentar do Desenvolvimento na quinta-feira
- O papel da UE no âmbito das Nações Unidas - como alcançar melhor os objetivos da UE em matéria de política externa (relatório de Paavo Väyrynen) - debate na segunda-feira, votação na terça-feira
- Eleições em Myanmar (antiga Birmânia) - debate na quarta-feira